



# TCE EM PAUTA

ANO XXI – Nº 110

NATAL/RN MAIO E JUNHO DE 2017

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1935

 @TCE\_RN



## SINAL DE ALERTA



**Levantamento do TCE aponta que 45% dos municípios do Rio Grande do Norte ultrapassaram o limite de gastos com pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Outro relatório identificou 313 obras paralisadas ou inacabadas, o que gera um dano de R\$ 308 milhões ao Estado**



PÁGINAS 3 E 9



## ENCONTROS REGIONAIS

COM A PARTICIPAÇÃO DE MAIS DE 400 GESTORES MUNICIPAIS OU REPRESENTANTES DE 60 MUNICÍPIOS, TRIBUNAL DE CONTAS ENCERROU EM PARNAMIRIM SÉRIE DE SEMINÁRIOS ORIENTANDO SOBRE INÍCIO DE MANDATO.

PÁG. 4

## 60 ANOS DE HISTÓRIA

Foi aberto o prazo para produção de artigos para a Revista do TCE especial, que focará os 60 anos do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte. Toda publicação estará voltada para temas pertinentes a história, o momento presente e o futuro da Corte de Contas.



## PLANOS DE EDUCAÇÃO

Uma parceria entre a União dos Vereadores do Brasil (UVB), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), pretende estimular a compatibilização entre os planos plurianuais (PPAs) e os de educação. Entre as iniciativas previstas pela parceria estão o envio de comunicados aos vereadores associados à UVB para alertar sobre a medida e a veiculação de campanhas específicas em redes sociais para informar a população.

De acordo com o vice-presidente de Relações Institucionais do IRB e conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola, para ofertar educação pública que atenda as necessidades da população, é preciso que os gestores planejem as ações na área. No âmbito municipal, uma das ferramentas disponíveis para o planejamento é inclusão das metas e estratégias definidas para a educação nos planos plurianuais, que estão em fase de discussão na maioria dos municípios.

“O Brasil possui 2,5 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad). O montante representa cerca de 6% do universo total de alunos. Aqueles que conseguem acessar a escola, ainda enfrentam dificuldades como a falta de professores, de transporte escolar e de infraestrutura das escolas, entre outras”, informou o vice-presidente do IRB.

## SISTEMA DE INFORMAÇÕES

Visando contribuir para a integração e ampliação da base tecnológica de otimização de Governança e Gestão do Controle Externo, o Instituto Rui Barbosa comunica que foi aceito para representar os Tribunais de Contas na coordenação nacional do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre o IRB e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4, detentor e desenvolvedor do sistema.

A formalização do convênio está sendo finalizada a fim de dar início aos trabalhos. Após isso, o IRB dará a publicidade necessária em suas redes para a disponibilização do sistema para os Tribunais interessados. A proposta é criar uma rede colaborativa entre os Tribunais de Contas, com fórum de discussão, planejamento para implantação e troca de experiências do SEI, reunindo equipe de trabalho com técnicos com experiência na implantação, operação e treinamentos da ferramenta.

## TRABALHO INFANTIL

Uma triste realidade: Cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes ainda trabalham ilegalmente no Brasil e o pior, o número vem crescendo. Ressaltando-se que mais de 60% desses pequenos trabalhadores, na faixa etária entre 5 e 9 anos, vivem nas áreas rurais das regiões Norte e Nordeste. Os dados são de pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2015. O tema foi pauta em sessão especial do Senado, lembrando que o trabalho infantil traz um enorme prejuízo para a economia brasileira, especialmente por afetar diretamente o acesso a uma formação educacional mais condizente com a complexidade do mundo atual por parte desses milhões de jovens. Os artigos podem ser enviados até o dia 1º de setembro.

## TCE EM PAUTA

### SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

#### CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE

Tarcísio Costa

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

#### CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

#### CONSELHEIRO CORREGEDOR

Carlos Thompson Costa Fernandes

#### CONSELHEIRO OUVIDOR

Renato Costa Dias

#### CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA

Paulo Roberto Chaves Alves

#### AUDITORES

Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

Ana Paula de Oliveira Gomes

Antonio Ed Souza Santana

#### SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL

Ricardo Henrique da Silva Câmara

#### SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO

Anne Emília Costa Carvalho

#### CONSULTORA JURÍDICA

Andréa da Silveira Lima Rodrigues

#### CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Diego Antônio Diniz Lima

#### MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

##### PROCURADOR-GERAL

Ricart César Coelho dos Santos

##### PROCURADORES

Luciano Silva Costa Ramos

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Thiago Martins Guterres

#### EXPEDIENTE

##### ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Viktor Marcio Bruno Vidal

##### EDITOR

Eugênio Parcelle da Silva

##### REPORTAGEM

Isaac Lira

##### PRODUÇÃO

Fátima Moraes

##### PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Maurício Marcelo | Tikinet

##### FOTOGRAFIAS

Jorge Filho

##### IMPRESSÃO

Tavares&Tavares Empreendimentos Comerciais Ltda

#### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

##### DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 – Petrópolis – Natal/RN

CEP 59.012-360 | Telefone: (84) 3642-7278

Site: [www.tce.m.gov.br](http://www.tce.m.gov.br) | E-mail: [ascomtceem@gmail.com](mailto:ascomtceem@gmail.com)

Facebook.com/tcedorn | Twitter: TCE\_RN

# NO RN, 45% DAS PREFEITURAS ESTÃO ACIMA DO LIMITE LEGAL



As maiores cidades do Estado, como Natal e Mossoró, encontram-se no limite de gastos com pessoal

O Tribunal de Contas(TCE/RN) identificou que 75 municípios no Rio Grande do Norte se encontram acima do limite legal de gastos com pessoal. Será necessária uma economia de R\$ 187,5 milhões nos próximos meses por parte desses municípios para que as despesas voltem aos patamares exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O gasto total dos municípios no RN é de cerca de R\$ 14 bilhões.

Os dados do levantamento, realizado pela Diretoria de Assuntos Municipais, mostram que cerca de 45% das prefeituras do Estado estão acima do limite. Algumas das maiores cidades do Estado, como a capital, Natal, Mossoró, Parnamirim, Caicó, entre outras, constam da lista. Há casos

onde a receita está quase que inteiramente comprometida com as despesas de pessoal, como em Pilões (88,61%), São José do Campestre (76%), e Cerro Corá, que chegou a 69%. Natal chegou a 54,9% e Mossoró a 60,37%. (Veja a lista completa dos municípios no link: [http://www.tce.rn.gov.br/as/NoticiasTCE/3458/Dados\\_de\\_alertas\\_TCERN.pdf](http://www.tce.rn.gov.br/as/NoticiasTCE/3458/Dados_de_alertas_TCERN.pdf)).

O levantamento levou à expedição, por parte do Tribunal, de 122 alertas (disponibilizados através do link <http://www.tce.rn.gov.br/Alertas/Alertas>) aos municípios com dificuldades para cumprir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além dos 75 municípios acima do limite legal, que é de 54% com gastos

de pessoal, a DAM encontrou 29 prefeituras acima do limite prudencial e outras 18 acima do limite de alerta, que é quando o TCE avisa acerca da proximidade do limite prudencial. Há 12 municípios cujos dados não estão disponíveis nem no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada (SIAI), mantido pelo Tribunal e nem nos diários oficiais.

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gestores cujas prefeituras estão acima do limite legal têm um prazo de dois quadrimestres para realizar adequações e diminuir o comprometimento das receitas com gastos de pessoal, sendo que um terço dessa diminuição precisa ser demonstrada ainda no primeiro quadrimestre. Entre

os cortes preconizados pelo artigo 169 da Constituição Federal estão o corte de cargos comissionados e até demissão de servidores efetivos. Já os municípios acima do limite prudencial ficam proibidos de fazer novas contratações, conceder aumentos, entre outros.

Os dados analisados pela DAM são relativos ao 6º bimestre de 2016, em relação aos municípios com até 50 mil habitantes, e ao 1º quadrimestre de 2017 - municípios com mais de 50 mil habitantes. O Tribunal de Contas abrirá processos individuais para investigar o não envio de dados por parte dos 12 municípios faltosos, além de incluir o dado na análise de contas de governo. Os processos podem ensejar a aplicação de multa.

# DISSEMINANDO O SABER NO INTERIOR

“Somente com trabalho é que uma gestão gera resultados. Caso contrário, estará fadada ao fracasso. Priorizar a capacitação dos seus técnicos é cuidar da formação de um quadro de pessoal qualificado. Isso dá segurança ao gestor”. Com estas palavras, o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Gilberto Jales, deu início à última etapa do 3º Encontro Regional “Início de Mandato: Orientação aos Gestores Públicos de Prefeituras e Câmaras Municipais”, realizado em Parnamirim, com mais de 400 participantes, entre prefeitos, vereadores e técnicos de 68 municípios.

O encontro, realizado em junho, encerrou uma maratona com capacitações em Mossoró, Martins e Caicó, englobando todos os 167 municípios do Rio Grande do Norte, numa realização do TCE, através da Escola de Contas, e parceria da FEMURN e FECAM. “A administração pública tem seus pilares, seus propósitos. Todos querem fazer o máximo pelos seus municípios e talvez hoje estejam frustrados com esta crise que estamos vivenciando. É preciso sentar, planejar, discutir para alcançar as metas”, ensinou Jales.

“No Brasil que vivemos hoje, nunca a fiscalização foi tão importante”, ressaltou o diretor da Escola de Contas, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, orientando os gestores a criarem seus controles internos, “isso representa mais proteção para o município” e a cumprirem os prazos legais determinados para suas prestações de contas, “se não cumprir, já existe uma irregularidade”, acentuou. O conselheiro Ouvidor, Renato Costa Dias, enfatizou a importância da abertura do diálogo com o cidadão e informou que vai ser iniciado um trabalho de estímulo a criação das ouvidorias municipais, como uma ação preventiva a ser desencadeada em todas as prefeituras.

Ainda na mesa de abertura dos trabalhos falaram os representantes dos entes municipais. Presidente da Federação das Câmaras Municipais, o vereador Raniere Barbosa lembrou do caráter participativo das palestras, resultando em mais eficiência e maturidade da gestão. O presidente da



Na abertura dos trabalhos, reverência ao País através do hino nacional

Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte, Benes Leocadio, disse que “ao finalizar este ciclo, a missão começa a ser cumprida agora, a fazer efeito”, considerando que o conhecimento passado pela equipe técnica do TCE preparou o gestor para uma gestão mais efetiva. Para o anfitrião do evento, prefeito de Parnamirim, Rosano Taveira, “receber um evento deste porte é muito importante. Temos que nos atualizar. E são muitos gestores novos que precisam deste suporte”.

A intensa programação de palestras foi iniciada com o coordenador da Ouvidoria, Gudson Barbalho, falando sobre “A Ouvidoria de Contas e o Controle Social como ferramenta do Controle Externo”, seguido pelo diretor de operações do SEBRAE, José Eduardo Ribeiro Viana, abordando o tema “A Atuação do Sebrae/RN em função do desenvolvimento Municipal”. A manhã foi encerrada com a secretária de controle externo, Anne Emilia Carvalho e o assessor jurídico Vinícius Araújo da Silva falando sobre “Aspectos Institucionais

do TCE e Processo de Controle Externo”. Na parte da tarde os temas abordados foram “Planejamento Municipal”, apresentado pela auditora Ana Paula de Oliveira Gomes e “Execução da Despesa Pública” pelo instrutor Francisco Nascimento de Sousa.

No segundo dia foram apresentados os seguintes temas: “Visão Geral das Ferramentas Eletrônicas do TCE/RN”, pela equipe da SECEX e Diretoria de Informática; Índice de Efetividade da Gestão Municipal, por Lucas Ribeiro Pereira, da Diretoria de Administração Municipal; Obras Públicas Inacabadas, por José Monteiro Coelho, diretor da Inspeção de Controle Externo; Lei de Acesso à Informação e Portal da Transparência, pelo instrutor da DIN, André Gustavo; Controle Interno, por Ricardo Villaça e informativo sobre prestação de serviços da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBPC, cobrança de tributos e taxas municipais, apresentando por representantes da referida empresa.

“Este encontro é de extrema relevância para quem auxilia o Executivo, sobretudo orientando sobre o cumprimento das leis, dos prazos”, ressaltou a servidora da Secretaria Municipal de Educação do município de Macaíba, Eva Costa Dantas, que trabalha no setor de coordenação financeira, atuando com processos. “Não é um trabalho fácil, mas também não é vilão. Existem prazos para tudo e todo dia tem que consultar a Legislação, pois sempre tem mudanças”, disse, acentuando que atualizações, como as proporcionadas nas palestras assistidas, fazem uma grande diferença.



Mais de 400 gestores e técnicos de 67 municípios participaram do encontro em Parnamirim

# COMEÇA A REFORMA NO SISTEMA DE CONTROLE EXTERNO

**Proposta é de criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e de uma Lei Nacional Processual de Contas**



Com as assinaturas de 32 senadores, começou a tramitar no Congresso Nacional o texto sugerido pela Atricon para uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que reforma o sistema de controle externo brasileiro. A proposta é da autoria do senador Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente do Senado Federal e protocolada como PEC 22/2017. O texto agora vai para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

O presidente da Atricon, Valdecir Pascoal, definiu o momento como “histórico” para os Tribunais de Contas do Brasil. “A PEC 22/2017 está em sintonia com os recados vindos da sociedade. É uma proposta ousada em termos de aprimoramentos, mas, ao mesmo tempo, equilibrada e que reconhece os avanços que os Tribunais de Contas tiveram a partir da promulgação da CF/88. Nosso papel agora é apresentá-la ao debate com a sociedade, dentro do próprio sistema de Controle Externo e, sobretudo, com

o Parlamento, que dará a palavra final sobre a PEC”, afirmou.

A PEC 22/2017 reforma o sistema de controle externo a partir da criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas (CNTC), de mudanças nas regras de composição dos colegiados e do estabelecimento de uma Lei Nacional Processual de Contas.

O Conselho Nacional dos Tribunais de Contas terá competência para processar e responsabilizar seus membros por irregularidades e desvios éticos; fiscalizar os atos de gestão administrativa e financeira dos Tribunais; estabelecer metas nacionais de desempenho e dar transparência máxima, via Portal na Internet, a todos os atos de gestão e de fiscalização dos Tribunais.

Por meio de uma Câmara específica, o CNTC também poderá uniformizar a jurisprudência sobre temas que envolvam questões de repercussão nacional, a exemplo da interpretação da LRF. Além disso, o Conselho terá

baixo impacto sobre as contas públicas, já que não terá sede própria (funcionará no TCU), os seus integrantes não serão remunerados, o custeio de eventuais deslocamentos e de assessorias será rateado entre as entidades nele representadas, e as sessões acontecerão preferencialmente em ambiente virtual.

A PEC 22/2017 também estabelece novos critérios para composição dos colegiados dos Tribunais de Contas, com a maior parte dos assentos assegurados aos membros oriundos das carreiras técnicas — membros-substitutos, procuradores de contas e auditores de controle externo. As carreiras ocuparão cinco vagas no TCU (onde o colegiado é composto por nove ministros) e quatro vagas nos demais Tribunais (integrados por sete conselheiros).

O texto prevê ainda o fim das indicações livres do chefe do Executivo e a redução das indicações do Legislativo, fixando critérios mais

rigorosos para estas últimas. Entre eles, uma quarentena de três anos afastado de mandato eletivo, não ter sido condenado judicialmente, nem ter tido contas reprovadas. Além disso, os nomes precisarão de maioria absoluta para aprovação e deverão ter graduação e experiência nas áreas jurídica, contábil, econômica e financeira ou de administração pública, como forma de aferir o “notório conhecimento” ditado pela Constituição.

A PEC também inclui, entre as matérias de competência legislativa privativa da União, a edição de um diploma processual de controle externo, uma espécie de “Código Processual Civil” de Contas, de iniciativa do Tribunal de Contas da União. Esse diploma fixa tipologias e questões “ainda não pacificadas”, como os conceitos de Contas de Gestão e Contas de Governo. O objetivo da padronização é reduzir as assimetrias que existem no sistema e garantir mais segurança a todo o processo de contas.

# MONITORAMENTO NA ÁREA DE SAÚDE



Os problemas da saúde pública foram debatidos no projeto Sexta de Contas

Na semana em que o Governo do Estado anunciou o pedido de calamidade pública na área de saúde, o Tribunal de Contas informou que iniciará, nos próximos dias, o monitoramento do cumprimento das resoluções estabelecidas nos relatórios de auditoria operacional realizadas pela Corte de Contas. A informação foi dada pela secretaria de controle externo do TCE, Anne Carvalho, durante a realização de mais uma edição do projeto “Sexta de Contas”, que debateu o tema “Saúde Pública: problemas e soluções”.

Realizado pela Ouvidoria do TCE a cada dois meses, o projeto objetiva proporcionar a apresentação e o debate de temas estratégicos para a sociedade, estimulando assim o controle social. “É uma tentativa de compreender o panorama da saúde na atualidade, e os grandes desafios que apresenta”, ressaltou o conselheiro ouvidor Renato Costa Dias, na abertura do evento. “A questão da saúde é gritante, diz respeito a cada um de nós”, destacou o diretor da escola de Contas, conselheiro Paulo Alves Chaves Alves.

O tema foi apresentado em painéis diferenciados, com abordagens que se complementavam. A diretora do Instituto de Medicina Tropical do RN, Selma Jerônimo falou sobre a “Contribuição da UFRN ao Estudo das Doenças Antigas e Emergentes do Mundo Urbanizado”, seguido pela palestra “Financiamento da Saúde Pública”, a cargo do procurador geral do Ministério público junto ao TCE, Ricart César Coelho e “Contribuição do Controle Externo para o Setor de Saúde Pública”, sob a responsabilidade de Anne Carvalho.

Professora da UFRN com pós-doutorado nos Estados Unidos, Selma Jerônimo destacou o caráter complexo da saúde, apresentando indicadores como o da hanseníase, uma doença citada na Bíblia e que ainda persiste no Brasil – por ano, são registrados 29 mil casos, sendo o segundo país no mundo em número de casos, perdendo apenas para a Índia. No Rio Grande do Norte, de 2001 a 2015, foram diagnosticados 338 casos, muitos dos quais na região de Mossoró. “Trata-se ainda de um problema de saúde pública. Mas não é suficiente ter a cura, é preciso ter atitudes”, relatou, lembrando que muitos pacientes não procuram atendimento médico em decorrência do estigma que a doença carrega.

Mesmo com este cenário que mostra uma doença que persiste, quando já foi eliminada em vários países, como um símbolo do que acontece com relação a saúde pública no país, Selma lembrou que na década de 30 a expectativa de vida era de 40 anos, e hoje é de 70 anos; da mesma forma, a mortalidade infantil atingia quase 50% das crianças e foi reduzida para 15 em cada mil nascidos vivos, ou seja, houve avanços significativos. “O País é muito heterogêneo”, disse, lembrando ainda de pesquisas que demonstram que o “conhecimento” adquirido pela população colabora muito no combate as doenças. “Além de fatores condicionantes ou determinantes do processo de saúde, a incidência de doenças pode ser controlada através de ações de vigilância e intervenções sanitárias”, complementou.

O procurador geral do MPC, Ricart César Coelho foi enfático na sua abordagem, “Sem

financiamento o direito não sai do papel”, relatou, lembrando que o investimento em saúde no Brasil é pequeno, se comparado com outros países, como na França, na Europa, ou no Uruguai, aqui na América do Sul. Autor do livro “Financiamento da Saúde Pública no Brasil”, apoia-se nas ideias do economista indiano Amartya Sen, para defender o que denominou de “gasto social”, investimento que pode ser feito para promover o desenvolvimento humano e o crescimento econômico.

Finalizando as apresentações, a secretária de controle externo, Anne Carvalho, apresentou os resultados das avaliações realizadas pela Corte de Contas em auditorias operacionais e coordenadas, uma ação que vem sendo executada por tribunais de contas de todo o país. O trabalho diagnosticou uma série de problemas, desde a falta de planos de ação até a inadequação de perfis profissionais, resultando numa série de recomendações aos gestores públicos. Agora, decorrido um tempo, os técnicos do TCE vão retomar as unidades de saúde para averiguar o que foi feito, se os problemas observados foram solucionados,

Anne também informou que o TCU lançou mais uma pesquisa, agora abordando a questão da Governança no setor. “Observamos que em 54% dos municípios pesquisados a governança, que remete a liderança, controle e definição de estratégias, ainda está em fase inicial”, adiantou. Para ela, falta a profissionalização do setor, além do debate sério da questão, “esta deve ser uma discussão na sociedade”, defendeu.

# GOVERNANÇA AINDA É INSUFICIENTE

Fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) apontou que apenas 2% dos conselhos estaduais e municipais de saúde possuem capacidade aprimorada de governança organizacional pública. Foram avaliados 4.024 conselhos municipais e 27 estaduais, incluindo, o Distrito Federal.

De acordo com o relatório, 63% dos conselhos estaduais estão no estágio inicial de governança e 37% no intermediário. A fiscalização foi realizada com a colaboração de 26 tribunais de contas dos estados e dos municípios, com o fim de gerar índices nacionais de governança em saúde (iGovSaúde - ciclo 2016).

A governança organizacional pública em saúde compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da direção do Sistema Único de Saúde (SUS). Tem como objetivo auxiliar a condução de políticas públicas e a prestação de serviços de saúde à sociedade.

O levantamento foi executado por meio de questionários destinados a verificar o nível de maturidade de cada mecanismo, considerando os requisitos necessários para o seu adequado funcionamento, de acordo com o Referencial Básico de Governança do TCU (RBG/TCU). A fiscalização foi realizada no Ministério da Saúde e nas secretarias de saúde dos estados e dos municípios.

No quesito liderança, o levantamento demonstrou que 93% dos conselhos estaduais e 53% dos conselhos municipais de saúde estariam no estágio inicial de capacidade. Esse resultado sugere baixo nível de capacidade da maioria das organizações para definir

competências mínimas de liderança e promover sua adequada capacitação.

O índice mostrou que no caso dos conselhos estaduais e municipais, o controle é o mecanismo de governança que apresenta um dos piores resultados, cerca de 70% de capacidade em estágio inicial nos dois casos. As maiores deficiências foram verificadas nas seguintes práticas: realizar gestão de riscos; estabelecer a função de auditoria interna, dar transparência às partes interessadas, admitindo-se o sigilo como exceção.

O trabalho verificou uma relevante quantidade de ocorrências de acúmulo das funções de secretário de saúde e de presidente do conselho, o que representa um limitador da boa governança, por afetar o princípio da segregação das funções de execução e de fiscalização.

Ao realizar trabalhos como esse, o “TCU examina, de forma ampla, problemas relacionados ao alcance dos objetivos sociais, com vistas a corrigir o mau funcionamento da estrutura estatal e atacar as causas primárias de muitas mazelas do país”, afirmou o relator do processo, ministro Bruno Dantas.

Os resultados detalhados do trabalho, o Acórdão, o relatório e outras informações podem ser acessados na página [www.tcu.gov.br/perfilgovsaude](http://www.tcu.gov.br/perfilgovsaude).

Fonte: <http://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/governanca-em-saude-ainda-e-insuficiente-no-brasil.htm>



**Levantamento do TCU aponta a governança como um problema na rede pública de saúde**

# UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL



Programa foi lançado com palestra educativa, divulgação da marca do projeto

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) fez o lançamento do Programa de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social, durante evento que contou com a apresentação da identidade visual e o logotipo da campanha de sustentabilidade a ser iniciada no âmbito da Corte de Contas. A criação é fruto de parceria do Tribunal com o curso de publicidade da Universidade Potiguar - UnP.

O presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, destacou a

importância da iniciativa, que visa “melhorar o nível de conscientização, postura e conhecimento” acerca das questões ambientais. “A sustentabilidade permeia toda a atividade humana e as instituições são indutoras. Elas cumprem esse papel através das pessoas que as compõem, que são a alma das instituições. A questão da sustentabilidade não pode ser deixada de lado”, enfatizou. A coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade do TCE/RN, Marília do Socorro Cunha

Lima, acrescentou que as ações de sustentabilidade são hoje “mais do que uma opção, uma obrigação”.

O logotipo e a identidade visual da campanha de sustentabilidade foram apresentados pelo professor Thiago Garcia, que é coordenador da Agência Escola do curso de Publicidade da Universidade Potiguar. Toda a concepção da campanha foi elaborada pelos alunos da UnP, numa parceria com o Tribunal de Contas. De acordo com o professor, o conceito da marca busca traduzir a ideia de atitude e iniciativa dentro do TCE. “

O lançamento do Programa contou ainda com um painel sobre a sustentabilidade no setor público com a juíza-corregedora e presidente da Comissão Permanente de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça do RN, e a chefe do Setor de Responsabilidade Socioambiental da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, Yoanna Fernandes Guerra. No TJRN, as ações da Comissão chegaram a reduzir em 42,65% o consumo de papel em todas

as unidades do Estado. Já no TRT várias ações foram realizadas, como a troca dos copos plásticos por copos de cerâmicas nas unidades do órgão, além da parceria com cooperativas de reciclagem, também realizada no âmbito do TJRN.

O Programa de Gestão Ambiental e Responsabilidade Social surgiu através do projeto “Contando Ideias”, realizado em 2016, para incentivar o aprimoramento das atividades da Corte de Contas. A ideia vencedora foi da atual coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade do TCE/RN, Marília do Socorro Cunha Lima. “Nós tínhamos como obrigação não deixar que a ideia ficasse apenas no papel e trazer para o Tribunal as iniciativas de sustentabilidade”, falou o presidente Gilberto Jales.

Um dos destaques do lançamento foi a feira de orgânicos montada no hall de entrada do Tribunal. De acordo com a coordenadora do Núcleo de Sustentabilidade, a intenção é que ela passe a ser fixa, a depender da demanda. “A intenção é trazer produtos de qualidade para os servidores da casa”, disse.



Feirinha de produtos orgânicos





# OBRAS PARALISADAS REPRESENTAM DANO POTENCIAL DE R\$ 308 MILHÕES

Num trabalho inédito, o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) identificou um potencial dano de R\$ 308 milhões investidos em 313 obras paralisadas e inacabadas no Rio Grande do Norte. Os dados integram um relatório sobre obras relevantes, com valores acima de R\$ 50 mil, que não foram concluídas em 100 municípios do Estado.

O levantamento foi divulgado pelo conselheiro Tarcísio Costa, na sessão do Pleno desta quinta-feira (18/05). Ele determinou, em virtude das conclusões da equipe técnica do TCE, a análise das leis de diretrizes orçamentárias dos entes públicos com o intuito de detectar infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal; realização de auditorias específicas em relação aos casos mais relevantes; entre outras medidas.

“No momento da elaboração da lei de diretrizes orçamentárias, os chefes dos poderes Executivo e Legislativo devem observar as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que sejam consideradas as exigências necessárias ao atendimento dos projetos em execução e, na elaboração da respectiva lei orçamentária anual, os recursos indispensáveis ao seu prosseguimento e à sua conclusão”, recomenda o conselheiro, no seu voto, acrescentando também “a urgente a necessidade de se promover melhorias nas ações, rotinas e procedimentos relacionados ao controle e ao monitoramento das obras públicas”.

O trabalho, pioneiro no TCE, vem sendo executado pela equipe técnica da Secretaria de Controle Externo (Secex) e Inspeção de Controle Externo (ICE) desde 2015, analisando e consolidando informações prestadas pelos jurisdicionados de 100 municípios, além da verificação in loco de 178 obras, integrando um banco de dados que passa a integrar um acervo do TCE sobre a questão. O orçamento total para essas obras é de R\$ 600 milhões, dos quais R\$ 308 milhões foram efetivamente investidos. Do total analisado, 182 obras foram caracterizadas como paralisadas (58%) e 131 (42%) inacabadas, sendo que em relação às obras.

Obra paralisada, segundo entendimento utilizado pela equipe técnica, é aquela que por algum motivo, não teve continuidade, mas há perspectiva de retomada. Já obras inacabadas são aquelas que, independentemente da paralisação estão abandonadas sem previsão de reinício, ou que tiveram seus convênios denunciados (rescindidos), ou que se encontram em demanda judicial, ou ainda que foram

abandonadas pelas empresas contratadas para a execução do serviço.

As obras cadastradas foram classificadas nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Habitação, Esporte e Lazer; Abastecimento de Água; Drenagem e Pavimentação; Esgotamento Sanitário; Turismo; Estradas e Pontes; Urbanização e Outras (Abatedouros, Parque de Exposição, Terminal Pesqueiro...). A maior quantidade de obras compreendeu a área de esporte e lazer (17,6%), habitação (15,7%) drenagem e pavimentação (15,3%) .

Frise-se que a principal fonte dos recursos financeiros alocados para a execução dessas obras públicas foi a União Federal, representando 58% (cinquenta e oito por cento), seguindo-se recursos estaduais, na ordem de 37,2% (trinta e sete inteiros e dois décimos por cento), e municipais, correspondentes a 4,8% (quatro inteiros e oito décimos por cento).

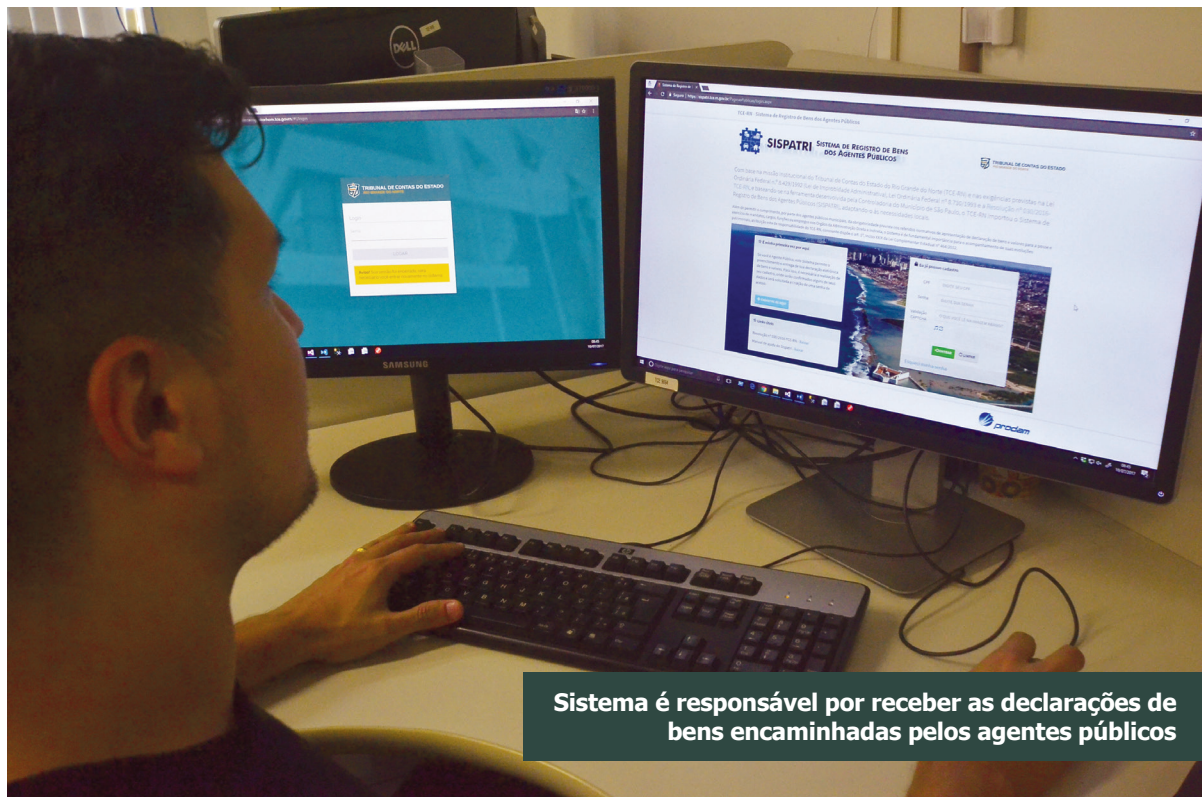
Entre os fatores que causaram a interrupção das obras, foram citados: atraso ou suspensão dos repasses de responsabilidade do Governo Federal: falta de recursos próprios estaduais; adequação de projetos e/ou planilhas junto a órgão federal; inadequação à legislação sanitária/ambiental; abandono da obra por parte da empresa contratada.

O trabalho abrangeu todas as prefeituras do Rio Grande do Norte, além de secretarias estaduais e órgãos da administração estadual indireta. O documento será encaminhado para o Governo do Estado, Assembleia Legislativa, e todos os órgãos de interesse da administração pública, além de estar disponibilizado para a sociedade, para o efetivo exercício do controle social.



Conselheiro Tarcísio Costa

# TCE INVESTE MAIS DE 1 MILHÃO NA AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TI.



Sistema é responsável por receber as declarações de bens encaminhadas pelos agentes públicos

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN, através da sua Diretoria de Informática - DIN, está renovando sua infraestrutura de tecnologia da informação para os próximos três anos, com a finalidade de suprir a demanda atual dos seus sistemas, que estavam operando em carga máxima, bem como absorver os sistemas previstos para os próximos anos.

A renovação consiste na aquisição de um novo sistema de armazenamento de dados com volume de dados de quase 3 vezes superior ao atual, ambiente de virtualização com poder de processamento de quase 2 vezes mais, e memória 4 vezes superior ao atual, contando ainda com software de virtualização, switches para compor a rede, equipamento específico para a proteção dos dados em local remoto e seguro, e serviço de instalação e configuração.

A Diretoria de Informática - DIN, auxiliou ainda o Núcleo de Informações Estratégicas para o Controle Externo - INFOCEX na aquisição de uma infraestrutura própria para recepcionar as bases de dados de outros órgãos e hospedar sistemas próprios, que será hospedada na sala de servidores no 9o. andar deste tribunal, juntamente com o restante dos equipamentos.

O TCE investiu o valor de R\$ R\$ 1.034.171,00 com a renovação da infraestrutura da

Diretoria de Informática e a aquisição do Núcleo de Informações Estratégicas para o Controle Externo – INFOCEX.

Ademais, é importante que haja investimento em segurança da informação, e para isso, estamos em processo de aquisição e renovação das licenças de solução de segurança para proteção avançada em vários níveis

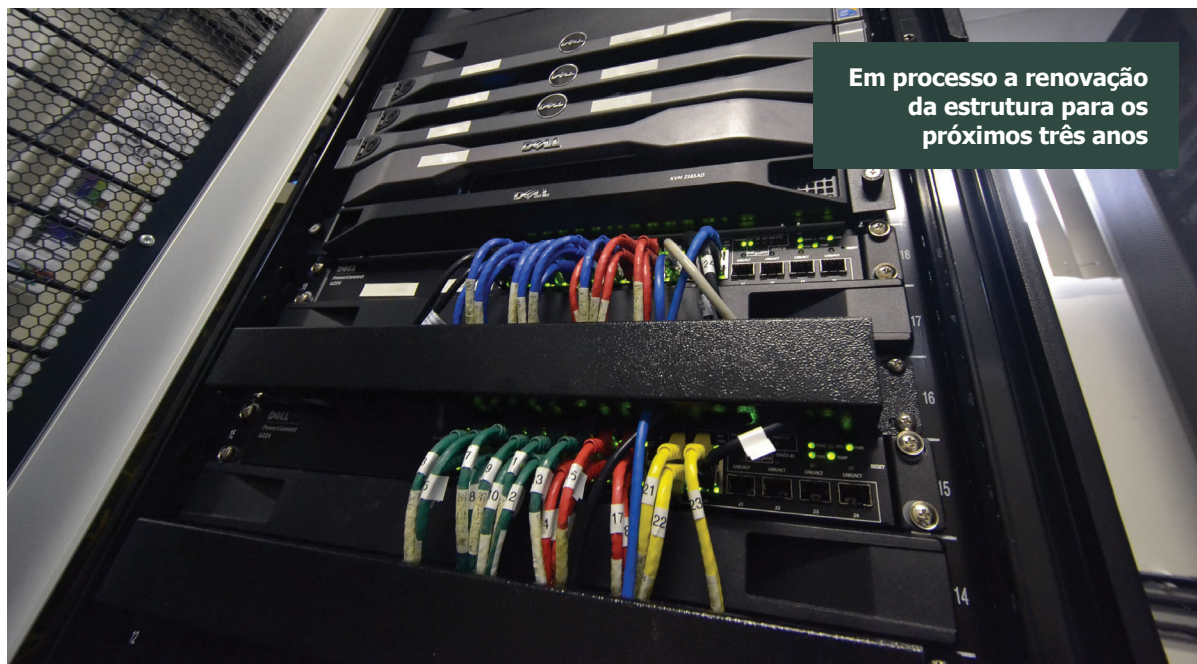
para todas as estações de trabalho e sistema unificado para gerenciar a rede do TCE/RN e mitigar as ameaças cibernéticas, tanto internas como externas.

## SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Visando o aprimoramento de sua missão institucional, o TCE-RN, com o apoio da Diretoria de Informática (DIN) e Diretoria de Despesa com Pessoal (DDP), realizou a coleta dos registros de bens e rendimentos para acompanhamento da evolução patrimonial dos agentes públicos do estado do Rio Grande do Norte.

O Sistema de acompanhamento de evolução patrimonial (Sispatri) é responsável por receber as declarações de bens dos agentes públicos e foi cedido, por meio de convênio, pela Controladoria Geral do Município de São Paulo (CGM-SP). Em 2016, foi implantado e ajustado pela DIN para que atendesse as diretrizes de obrigatoriedade, sigilo e segurança dos dados coletados, estabelecidas pela Resolução n.º 30/2016 - TCE-RN, fundamentada com base na Lei Federal nº 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Neste ano, foram incluídos na obrigação de declarar os ocupantes dos cargos de Governador e Vice do Estado, Prefeitos e Vices, Secretários de Estado e Municípios, Membros do Ministério Público, Membros da Magistratura e Diretores de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações do Estado e dos Municípios.



Em processo a renovação da estrutura para os próximos três anos

# PESQUISA MOSTRA RESULTADOS DOS ROYALTIES NOS MUNICÍPIOS

O lançamento do livro “Royalties Petrolíferos: Regulação e Sustentabilidade”, de autoria do inspetor de Controle Externo do Tribunal de Contas, Victor Rafael Fernandes Alves, realizado na sexta-feira (07/07) pela manhã, no auditório do TCE, transformou-se num evento. Além dos tradicionais autógrafos a quem adquiriu a publicação, foi realizada uma pequena solenidade com exposição do presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, da orientadora da pesquisa, professora Belinda Cunha e do próprio autor da obra, que falaram sobre o mérito da publicação enquanto elemento que pode, inclusive, contribuir na transformação social.

Logo no início, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, ressaltou o fato de um servidor do TCE galgar espaço no meio acadêmico, concluindo um doutorado e tendo a coragem de expor seu conhecimento – resultado da pesquisa que realizou, em um livro para a sociedade, submetendo-se a crítica e ao contraditório. “Isso é ciência”, ressaltou, lembrando que o tema “royalties” é importante para a corte de contas. “Estudar o impacto econômico que isso traz para a sociedade é desafiador”, disse.

Orientadora no doutorado em Direito na Universidade da Paraíba, a professora doutora Belinda Cunha cumprimentou o TCE pela iniciativa de prestigiar a produção acadêmica, permitindo que a pesquisa seja disseminada à sociedade. “Isso ainda não é uma tônica”, enfatizou, lembrando que as universidades, mais do que títulos, têm que apresentar e devolver à sociedade o que estão fazendo. “O direito não pode ser meramente contemplativo”, disse, acentuando que a pesquisa, transformada em livro, é uma demonstração deste compromisso do pesquisador com o universo em que está inserido.

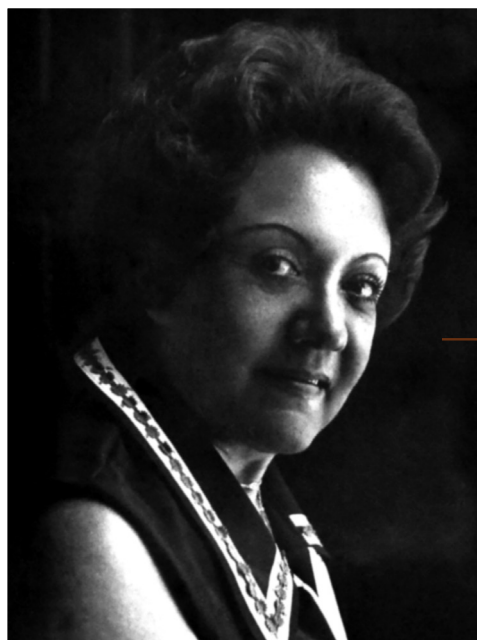
A obra analisa o desenvolvimento e a sustentabilidade a partir do texto constitucional, mostrando o caráter finito das jazidas petrolíferas e, por conseguinte, das receitas de royalties. Após expor o vasto mecanismo regulatório existente, o autor destaca experiências nacionais e internacionais de utilização das receitas do petróleo, baseando-se em estudos de casos concretos, inclusive da realidade potiguar. A partir dessa análise, a publicação apresenta propostas de regulação especiais para aplicação das receitas, com a criação de fundos financeiros, com finalidades sustentáveis e mecanismos de controle definidos.



Victor, trabalho com foco na realidade

## MEMÓRIAS

### DO TCE



- A edição de julho de 1996 do TCE em Pauta destacava em manchete o “Adeus a **Lindalva Torquato**”. Ex-deputada e primeira conselheira do TCE, ficou conhecida pela humildade. Servidores prestaram uma última homenagem, lembrando da simplicidade com que tratava a todos.
- Na mesma edição uma matéria destacava o projeto de informatização que começava a ser implantado no TCE, com o treinamento de servidores, qualificando-os para a utilização dos micros, dando mais qualidade e agilidade aos trabalhos. A proposta era implantar 36 microcomputadores até o final do ano.
- Em junho de 1997 o jornal apresentava os resultados do mutirão para minimizar o problema de acúmulo de processos. Dos 17 mil volumes de processos registrados no início do ano, 10 mil já tinham sido analisado pela Primeira Câmara de Contas.
- No ano seguinte, edição de junho de 1998, foi mostrado o início do Programa de Qualidade Total – PQT, com palestra do conselheiro Eurípedes Sales, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, relatando como foi o processo de implantação do programa na Corte paulista e os resultados alcançados. O conselheiro corregedor, Nélio Dias, foi o responsável pelo acompanhamento do Programa.

# ARTE

## PARA ALIVIAR A DOR



Lúcia, dando visibilidade à fibromialgia

Através da arte ela expressou a dor. Frida Kahlo deixou marcada em sua obra um pouco da alma mexicana, o seu sofrimento diante da vida, das doenças que a acometeram. Através da pintura deixou um legado para a humanidade, inspirando pessoas de todo o mundo para as possibilidades da atividade artística, como forma de expressão e também de prazer, inclusive como uma estratégia para aliviar...a dor.

Pois é. A artista é fonte de inspiração para um grupo, a grande maioria mulheres, que está se formando para desenvolver ações visando melhorar a qualidade de vida das pessoas com fibromialgia ou outros problemas que causam dor o que, inclusive, terminam repercutindo no ambiente do trabalho. Denominado de "Só fridas e não sofridas", buscam dar visibilidade a uma doença cujo diagnóstico ainda é obscuro, como se a dor sentida fosse resultado da imaginação.

Mobilizadas por Lúcia de Oliveira Bastos, servidora do TCE e também artista (contadora de história) e paciente de fibromialgia, o grupo se propôs a sair do anonimato e discutir no ambiente de trabalho a dor que carregam, buscando daí respostas para as mais diversas indagações. "Os pacientes com fibromialgia tem uma maior sensibilidade a dor, isso precisa ser visto no local de trabalho", explica, lembrando que muitas vezes as dores impedem a execução das atividades.

São vários os relatos dando conta de como a dor termina interferindo na vida do sujeito, em todos os espaços de interação. E é neste sentido que Lúcia veste as roupas inspiradas em Frida, pinta as sobancelhas e sai pelas salas tentando sensibilizar as pessoas para o conhecimento, a prevenção e o tratamento da dor, entre as quais enquadra a fibromialgia e a necessidade urgente de mais pesquisas, produção de informação que leve ao controle ou a cura da doença.

Caracterizada como uma síndrome que se manifesta com dor no corpo todo, principalmente na musculatura, a fibromialgia ataca sobretudo mulheres (9 em cada 10 casos) e comumente apresenta sintomas como fadiga, intolerância ao exercício e sono não repousante (isto é, a pessoa acorda cansada). Não existe ainda uma causa única conhecida para o problema. O quadro começa com uma dor localizada crônica que vai progredindo e envolve todo o corpo. Não se sabe por que algumas pessoas desenvolvem a doença e outras não.

"É como se cada pessoa tivesse um "termostato" no cérebro controlando a dor. O que não se sabe é o que faz este "termostato" desregular", explica a reumatologista Fabiola Gonçalves, do setor médico do TCE, lembrando que trata-se de uma doença complexa, pois não há exame para diagnóstico e muitos especialistas, que não são da área de reumatologia, dizem que não existe. "Na própria legislação não tem nada de concreto, e a pericia lida com resultados".

É isso. Arte para lidar com a dor. Arte para assegurar direitos. Avante "Só fridas e não sofridas".